

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.559.427 - SP (2019/0230490-9)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : ELIZABETH TOWNSEND DE CASTRO
ADVOGADOS : GLADISON DIEGO GARCIA - SP290785
LARA DE GOES SALVETTI - SP340743
AGRAVADO : CHRISTIAN PETER TOWNSEND
ADVOGADO : RICARDO BOTOS DA SILVA NEVES E OUTRO(S) - SP143373
AGRAVADO : CHRISTIAN TRANSPORTES E TURISMO LTDA
AGRAVADO : CASSIO VALERIO RODRIGUES
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

EMENTA

PROCESSO CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. APELAÇÃO. RECURSO NÃO CONHECIDO. DESERÇÃO CONFIGURADA. RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE FORMA CLARA E PRECISA DOS DISPOSITIVOS LEGAIS EVENTUALMENTE VIOLADOS. SIMPLES MENÇÃO. DEFICIÊNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO. INCOMPREENSÃO DA CONTROVÉRSIA. SÚMULA Nº 284, DO STF, POR ANALOGIA. REEXAME DO CONJUNTO PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 7, DO STJ. AGRAVO CONHECIDO NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL

DECISÃO

ELISABETH TOWNSEND promoveu contra CHRISTIAN PETER TOWNSEND, ação de obrigação de fazer c/c indenização por danos morais.

O processo foi extinto sem resolução de mérito nos termos do art. 486, § 1º do NCPC, condenando-se a autora ELISABETH em litigância de má-fé, aplicando-lhe multa de 10% do valor corrigido da causa (e-STJ, fls. 118/121).

Interposta apelação por ELISABETH, a 3ª câmara de direito privado do Tribunal de Justiça de São Paulo não conheceu do recurso, em acórdão assim ementado:

APELAÇÃO. Não recolhimento das custas de preparo, nos termos da Lei 11.608/0 e art. 1.017, §1º, NCPC. Deserção configurada. Recurso não conhecido (e-STJ, fl. 248).

Inconformada, ELISABETH interpôs recurso especial com base no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal alegando, em síntese, que não fora intimada acerca do trânsito em julgado do acórdão que julgou o agravo interno interposto em face da decisão

Superior Tribunal de Justiça

que indeferiu o pedido de gratuidade de justiça, constituindo justa causa para a não apresentação dos documentos comprobatórios de sua hipossuficiência.

Em juízo de admissibilidade, a presidência da seção de direito privado do TJSP inadmitiu o apelo nobre com fundamento na incidência da Súmula nº 7, do STJ. Dessa decisão, foi interposto o presente agravo em recurso especial.

É o relatório.

DECIDO.

A irresignação não merece prosperar.

Verifica-se nas razões do especial, que a recorrente ELISABETH não indicou de forma clara e precisa quais artigos da legislação federal teriam sido efetivamente violados. Não basta a simples menção a dispositivos legais, pois o recurso especial é de fundamentação vinculada. Assim, incidente à hipótese, o teor da Súmula nº 284, do STF: *É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.*

A propósito, vejam-se os precedentes:

RECURSO INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DO CPC/2015. AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. ARTIGOS DE LEI MENCIONADOS DE PASSAGEM NA PETIÇÃO DE RECURSO ESPECIAL. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA N. 284 DO STF.

1. Impossível o conhecimento do recurso pela alínea "a". Isto porque não há na petição do recurso especial a clara indicação dos dispositivos legais que se entende por violados. A citação de passagem de artigos de lei não é suficiente para caracterizar e demonstrar a contrariedade a lei federal, já que impossível identificar se o foram citados meramente a título argumentativo ou invocados como núcleo do recurso especial interposto. Incide na espécie, por analogia, o enunciado n. 284, da Súmula do STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

Precedente: REsp. n. 1.116.473 / RS, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 02.02.2012.

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1615830/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Segunda Turma, j. em 5/6/2018, DJe 11/6/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. 1. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015. INOVAÇÃO RECURSAL 2. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211 DO STJ. 3. DOENÇA

Superior Tribunal de Justiça

PREEXISTENTE. CLÁUSULA DE CARÊNCIA. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE CONSIGNOU PELA AUSÊNCIA DE PROVAS CONCRETAS DO CONHECIMENTO PRÉVIO DA MOLÉSTIA PELA SEGURADA. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 4. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REDUÇÃO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO CLARA E PRECISA DO DISPOSITIVO QUE TERIA SIDO VULNERADO PELO ACÓRDÃO ESTADUAL. SÚMULA 284 DO STF. 5. AGRAVO IMPROVIDO.

1. [...]

2. [...]

3.1. [...]

4. Quanto ao pedido de redução dos honorários sucumbenciais, a falta de indicação do dispositivo legal que teria sido eventualmente violado faz incidir à hipótese o teor da Súmula n. 284 do STF, por analogia. (É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia).

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1224597/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, j. em 10/4/2018, DJe 18/4/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO - DECISÃO MONOCRÁTICA DO NURER DA 2ª SEÇÃO QUE CONHECEU DO AGRAVO PARA NEGAR SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

INSURGÊNCIA DO AUTOR.

1. A alegação genérica de inconformismo com o acórdão recorrido, sem a indicação dos dispositivos de lei violados e a demonstração, de forma clara e precisa, de que modo o aresto os teria contrariado, atrai, por simetria, a Súmula 284 do STF.

2. A Segunda Seção do STJ, em sede de recurso representativo da controvérsia, firmou o entendimento de que: a) "é permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados após 31.3.2000, data da publicação da Medida Provisória n. 1.963-17/2000 (em vigor como MP 2.170-36/2001), desde que expressamente pactuada"; e b) "a capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual deve vir pactuada de forma expressa e clara. A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada" (REsp 973.827/RS, Rel. p/ acórdão Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 08/08/2012, DJe de 24/09/2012). A conformidade do acórdão proferido pelo Tribunal de origem com o entendimento pacificado do STJ, em sede de recurso representativo da controvérsia, inviabiliza o acolhimento do apelo nobre por esta Corte Superior de Justiça.

Superior Tribunal de Justiça

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 851.624/MS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, Quarta Turma, j. em 21/6/2018, DJe 28/6/2018 - sem destaque no original)

Mesmo que assim não fosse, o TJSP não conheceu do apelo interposto pela recorrente, ante a ocorrência de deserção, pelo não reconhecimento das custas do preparo.

Assim, ultrapassar a conclusão a que chegou o eg. Tribunal *a quo*, demandaria nova incursão no arcabouço fático-probatório carreado aos autos, procedimento sabidamente inviável na instância especial, pois vedado pela Súmula 7 desta Corte: *A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial*.

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º do NCPC c/c art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/03/2016, DJe 18/03/2016), **CONHEÇO** do agravo para **NÃO CONHECER** do recurso especial.

MAJORO em 5% os honorários advocatícios anteriormente fixados em desfavor de ELISABETH, nos termos do art. 85, § 11 do NCPC.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator